

OS IMPACTOS DOS DISCURSOS RELIGIOSOS E MORAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBT+ POR AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE

Lídia Mariane Kácsér¹;

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

<http://lattes.cnpq.br/8663407442722948>

Hellen Marostica².

²Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

<http://lattes.cnpq.br/3635978198254103>

RESUMO: Este estudo analisou a influência dos discursos religiosos e das concepções morais na prestação de cuidados à população LGBT+ por Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da Atenção Primária à Saúde (APS). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida com oito ACS que atuavam em uma UBS no Sul do Brasil. A coleta de dados ocorreu por meio de diário de campo e entrevistas semiestruturadas, sendo os achados submetidos à Análise do Discurso de inspiração foucaultiana. Os resultados demonstraram que o cotidiano profissional é atravessado por normas e dogmas religiosos, os quais sustentam discursos cisheteronormativos e reforçam visões patologizantes da diversidade. Essas manifestações produzem barreiras simbólicas e institucionais que comprometem a Equidade e o acolhimento das demandas desse público. Conclui-se que o fortalecimento da laicidade estatal e a superação de visões moralizantes na APS são imperativos para a garantia do cuidado integral e o respeito aos direitos humanos no Sistema Único de Saúde (SUS).

PALAVRAS-CHAVE: Agentes Comunitárias de Saúde. Discursos religiosos. Sistema Único de Saúde.

THE IMPACTS OF RELIGIOUS AND MORAL DISCOURSES ON HEALTHCARE FOR LGBT+ POPULATIONS BY COMMUNITY HEALTH WORKERS

ABSTRACT: This study analyzed the influence of religious discourses and moral conceptions on the provision of care to the LGBT+ population by Community Health Agents (CHAs) at a Primary Health Care (PHC) unit. It is a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted with eight CHAs working at a PHC unit in southern Brazil. Data collection involved field journals and semi-structured interviews, with the findings subjected to Foucault-inspired discourse analysis. The results demonstrated that professional practice is permeated by

religious norms and dogmas, which underpin cisheteronormative discourses and reinforce pathologizing views of diversity. These manifestations create symbolic and institutional barriers that compromise equity and the responsiveness to the needs of this population. The study concludes that strengthening the secular nature of the state and overcoming moralizing perspectives in PHC are imperative for ensuring comprehensive care and respect for human rights within the Unified Health System (SUS).

KEYWORDS: Community Health Agents. Religious discourses. Unified Health System.

INTRODUÇÃO

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Constituição Federal (1988) e da regulamentação contida na Lei nº 8.080/1990 representa um marco na trajetória das políticas sociais brasileiras. Criado no âmbito do movimento da Reforma Sanitária e no contexto da redemocratização, o SUS redefiniu o conceito de saúde, compreendendo-a não como mera ausência de enfermidade, mas como um direito cívico fundamental e um dever intransferível do Estado. Esta estrutura assenta em três pilares doutrinários centrais: a Universalidade, a Integralidade e a Equidade no acesso aos serviços.

Apesar do seu caráter inovador, o SUS atua em territórios permeados por contradições sociais, assimetrias e preconceitos estruturais. O simples postulado do acesso universal revelou-se insuficiente para neutralizar as iniquidades que afetam grupos em situação de maior vulnerabilidade. Atendendo a essa limitação, instituiu-se em 2011 a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+), reafirmando o princípio da Equidade ao reconhecer que determinados segmentos populacionais exigem estratégias diferenciadas de acolhimento para superar desvantagens históricas no campo da saúde.

Diversos estudos na área da saúde coletiva apontam que usuárias e usuários com dissidências sexuais e de gênero enfrentam graves constrangimentos ao procurarem os serviços públicos. A literatura documenta a persistência de condutas discriminatórias, o apagamento de demandas específicas e episódios recorrentes de violência institucional (Ferreira et al., 2019). Este panorama relaciona-se, em larga medida, com a trajetória histórica de patologização da diversidade sexual, cuja exclusão do rol de transtornos mentais nas diretrizes internacionais deu-se de forma tardia: a homossexualidade foi desclassificada como patologia na Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1990, e as identidades trans apenas em 2018.

No plano prático da Atenção Primária à Saúde (APS), a prestação de cuidados é atravessada por matrizes culturais, concepções biomédicas e dogmas morais presentes no tecido social. As visões religiosas de trabalhadoras e trabalhadores da saúde frequentemente infiltram-se no julgamento clínico e nas interações comunitárias, regulando comportamentos e estabelecendo critérios subjetivos sobre o que é considerado normal ou desviante.

A APS estrutura-se sobretudo no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), na qual as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) desempenham uma função estratégica. Por estarem inseridas diretamente no território e realizarem visitas domiciliares contínuas, estas profissionais constituem o elo primário entre as famílias e o sistema público (Florianópolis, 2024). O seu trabalho é vital para a criação de vínculos, garantindo que os princípios institucionais do SUS se traduzam em práticas inclusivas no cotidiano das comunidades.

OBJETIVO

Objetivo geral: Analisar as articulações entre discursos religiosos, referenciais morais e atitudes discriminatórias na atuação de Agentes Comunitárias de Saúde voltada à população LGBT+ na Atenção Primária à Saúde em uma Unidades Básica de Saúde do Sul do Brasil.

Objetivos específicos: Investigar a influência dos referenciais religiosos na construção das visões das ACS sobre gênero e sexualidade; Compreender de que modo os juízos morais das profissionais interferem na garantia da Equidade e da laicidade no atendimento prestado na APS; Problematicar o impacto das barreiras atitudinais e dos preconceitos religiosos na permanência da população LGBT+ nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Este trabalho fundamentou-se numa abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada para a compreensão dos sentidos e das construções sociais elaboradas por sujeitos inseridos no seu ambiente profissional. O campo de estudo correspondeu a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada na região Sul do Brasil, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

A população investigada foi composta por oito Agentes Comunitárias de Saúde, o que representava a totalidade do quadro de profissionais em atividade no referido serviço durante o período de coleta de dados. O perfil sociodemográfico do grupo apontou uma média de idades de 54 anos; todas identificavam-se com o gênero feminino; seis eram casadas; duas autodeclaravam-se negras, as demais brancas; e seis tinham concluído o ensino secundário. Adotaram-se como critérios de inclusão possuir vínculo efetivo e estar em exercício laboral pleno durante a coleta de dados, não se registrando qualquer exclusão por licença ou férias no período.

A produção do material empírico realizou-se mediante diário de campo e entrevistas individuais semiestruturadas, conduzidas num espaço reservado da UBS de modo a assegurar o sigilo e a privacidade das participantes. As entrevistas, com duração média de 60 minutos, foram audiogravadas com autorização prévia e posteriormente transcritas na íntegra através da ferramenta *Journalist Studio*. As participantes foram abordadas individualmente após autorização da coordenadora da UBS, assinando o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A fim de assegurar o anonimato, utilizaram-se pseudônimos ao longo de toda a escrita.

O corpus das entrevistas foi analisado sob o referencial da Análise do Discurso de matriz foucaultiana, que percebe o enunciado não como uma representação neutra, mas como uma prática social historicamente situada e ligada a redes de saber e poder (Passos, 2019). O processamento inicial dos textos transcritos envolveu o mapeamento de termos mais recorrentes com o auxílio do programa *WordItOut*, resultando numa nuvem de palavras que direcionou a identificação das ementas temáticas dominantes.

Segundo a perspectiva foucaultiana, o método “implica um percurso com procedimentos ordenados que visam alcançar determinado resultado” (Neto, 2015, p. 412), e deve ser escolhido de forma situada, pela construção do problema ou do objeto de pesquisa, podendo sempre ser revisto e reestruturado ao longo da pesquisa. É importante ressaltar esse inacabamento do método que segue preceitos da Análise do Discurso Foucaultiana no processo de pesquisa, que deve sempre estar localizada historicamente, investigando o singular produzido no universal - neste caso, os discursos religiosos de ACS no atendimento à população LGBT+ em uma UBS.

Referente aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu as normativas vigentes, especialmente a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a Resolução nº 510/2016, específica para pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e pela Comissão de Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, com o número do CAAE: 84840024.4.0000.0118.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos discursos revelou que, embora o roteiro inicial das entrevistas contemplasse questões focadas nas atribuições das agentes e nas rotinas do serviço, a temática religiosa emergiu de forma espontânea e ostensiva nas narrativas. A pesquisa lexicográfica revelou 28 ocorrências diretas da palavra “religião” no conjunto do corpus, confirmando que as convicções de fé constituem um filtro interpretativo preponderante na atuação dessas profissionais no território da APS.

A religiosidade, moralidade e a produção de discursos cisheteronormativos no cuidado em saúde estiveram presentes durante todas as falas das entrevistadas. Aqui, compreende-se cisheteronormatividade como um conceito que une a dimensão da norma de “sexo-gênero” da cisgeneridade (Vergueiro, 2015) e da norma de “desejo-práticas sexuais” da heterossexualidade compulsória (Rich, 2019). Ou seja, é a norma que dita que apenas uma existência é a correta: da cisgeneridade (se identificar com o gênero imposto ao nascimento) e da heterossexualidade (se atrair romântica e sexualmente pelo sexo oposto). A presença de referenciais dogmáticos traduz-se frequentemente numa postura de tolerância condicional

e higienista em relação às pessoas LGBTQ+. Observa-se a manifestação de discursos que aceitam a existência das dissidências sexuais apenas quando mantidas no âmbito privado ou contidas em comportamentos considerados discretos. Todavia, quando sujeitos LGBTQ+ ocupam o espaço público ou realizam manifestações que reivindicam visibilidade e direitos, esse ativismo é interpretado pelas servidoras como uma afronta à fé cristã.

Esta reação reflete a construção equivocada de um suposto “preconceito reverso”, na qual grupos religiosos hegemônicos afirmam ser vítimas de intolerância por parte de minorias políticas que lutam pela garantia da sua sobrevivência e cidadania (Souza, 2015). Esta inversão conceitual mascara a assimetria de poder real que opera na sociedade e deslegitima a luta por direitos humanos no SUS. Associa-se a esta dinâmica uma leitura patologizante e organicista da diversidade de gênero. Nos discursos analisados, a transgeneridade é comparada a anomalias congênitas e falhas biológicas gravemente incapacitantes. A aceitação dessas vidas no contexto comunitário fundamenta-se, assim, não no reconhecimento da autonomia ou da dignidade humana, mas no cumprimento estrito de dogmas religiosos contra a interrupção da vida, reduzindo o direito à existência a uma concessão divina perante uma alegada “imperfeição” da natureza.

Outro aspecto crítico identificado nos achados diz respeito ao uso explícito de escrituras sagradas, neste caso, a Bíblia, como manuais norteadores do trabalho em saúde comunitária. Esta conduta confronta diretamente o princípio constitucional da laicidade do Estado brasileiro (Brasil, 2024). A laicidade estatal constitui uma salvaguarda jurídica orientada pelo Artigo 5º da Constituição Federal, garantindo que as instituições públicas funcionem de forma neutra e imparcial diante das múltiplas visões de mundo existentes (Brasil, 2024). A utilização de livros religiosos para pautar o atendimento em UBS compromete a imparcialidade do acolhimento e impõe preceitos morais individuais às pessoas usuárias do sistema público.

Ademais, verifica-se a reprodução da ideia de que as dissidências de gênero e sexualidade são expressões de um comportamento passageiro, caracterizadas como «modas» contemporâneas associadas à perda de valores tradicionais. Sob essa perspectiva, a existência de pessoas LGBTQ+ é encarada como um mal em expansão, cuja erradicação é desejada e perspectivada apenas num plano teológico e metafísico. Tais posicionamentos revelam o desejo velado de eliminação moral da diversidade no tecido social.

Historicamente, o cristianismo estruturou o projeto colonial no Brasil, funcionando como uma engrenagem ideológica de submissão e normatização das vivências. Conforme conceitua Achille Mbembe (2016), as táticas de repressão colonial assentam em mecanismos ideológicos que interpretam corpos subalternizados como ameaças à ordem estabelecida. As populações dissidentes enquadram-se nesta categoria de sujeitos ameaçadores, sendo constantemente reprimidas através de discursos morais e religiosos. Destaca-se a contradição de que muitas/os profissionais que reproduzem estes discursos excludentes também pertencem a grupos historicamente vulnerabilizados (como, por exemplo, ser

mulher e ser negra), mas não articulam essas intersecções para desconstruir as opressões presentes no seu trabalho cotidiano.

Como assinala Sousa (2020), setores fundamentalistas atacam sistematicamente os direitos das minorias sexuais e os avanços na igualdade de gênero sob o pretexto de defesa da família tradicional. No campo da saúde, essa ingerência moral manifesta-se através do policiamento da expressão de sexualidade e de gênero das pessoas usuárias. Neste sentido, a religião atua como uma norma estrita inserida nos dispositivos do biopoder. Como pondera Judith Butler (2021), as normas estabelecem uma hierarquia entre as vidas que são consideradas dignas de amparo e aquelas cuja destruição ou violência é naturalizada. Corpos que desafiam as estruturas heteronormativas são colocados na categoria de vidas não enlutáveis, desprovidos da devida proteção institucional e sujeitos a barreiras contínuas no acesso aos Cuidados de Saúde Primários (Butler, 2021).

Sob a perspectiva da Análise do Discurso inspirada em Michel Foucault, a disseminação dos enunciados religiosos segue lógicas de coerção, ordenamento e regulação das verdades sociais (Valério, 2004). O poder não reside apenas em estruturas centralizadas, mas opera de forma relacional e capilar no tecido comunitário (Barreto et al., 2016). A prática discursiva religiosa introjeta normas que passam a reger os comportamentos nas UBS, classificando, hierarquizando e punindo simbolicamente quem se afasta dos parâmetros cissexistas e heteronormativos. Aqui, a inclusão das contribuições de Foucault justifica-se por sua crítica radical à concepção do sujeito como fundamento do conhecimento. Ao compreender o discurso enquanto prática social e compartilhada, o referencial foucaultiano prioriza a análise de como as tramas discursivas capturam o indivíduo e constituem suas formas de existência (Foucault, 1996).

A desconstrução das barreiras atitudinais (re)produzidas por essas ACS exige que as práticas de saúde sejam reorientadas por uma postura ético-política comprometida com a emancipação e a justiça social. Torna-se indispensável promover o letramento sobre diversidade e branquitude na APS, assegurando que o atendimento à população LGBT+ seja pautado no princípio da Equidade, no respeito à laicidade estatal e na promoção integral dos direitos humanos no SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa explicitou que as atitudes das Agentes Comunitárias de Saúde frente à população LGBT+ são profundamente perpassadas por referenciais religiosos e preceitos morais conservadores. Estas matrizes discursivas operam na reprodução da cisheteronormatividade e consolidam obstáculos significativos ao acolhimento humanizado e à concretização da Equidade no Sistema Único de Saúde.

Os objetivos deste estudo foram alcançados, e foi possível analisar que há infiltração de dogmas de fé no exercício das funções públicas, o que viola o princípio da laicidade do Estado e resulta na patologização ou invisibilização dos sujeitos com dissidências de gênero e sexualidade. A interpretação da diversidade como falha biológica ou desvio moral compromete a construção de vínculos de confiança no território e desencadeia o afastamento dos utentes LGBTQ+ dos serviços da Atenção Primária.

Superar este panorama exige enfrentar a responsabilização individual e avançar para mudanças estruturais na gestão pública da saúde. É fundamental assegurar o cumprimento rigoroso das diretrizes de laicidade nas instituições do SUS e fortalecer políticas públicas direcionadas à garantia dos direitos humanos. Por fim, aponta-se a necessidade de conduzir novas investigações que incorporem as experiências e narrativas dos próprios utentes LGBTQ+ no acolhimento primário, ampliando os subsídios para a construção de um sistema de saúde genuinamente universal, equitativo e livre de preconceitos.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Polliana; HOLANDA, Patrícia; LUSTOSA, Francisca. História e Análise de Discurso na perspectiva Foucaultiana. **Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará**, p. 677-688, 2016.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Laicidade: quais os caminhos para o seu fortalecimento?** Brasília: MDHC, 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- FERREIRA, Breno et al. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBTQ na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, p. 496-508, 2019.
- FLORIANÓPOLIS. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis**. Florianópolis, SC, ed. n. 3668, p. 09, 16 abr. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, v. 32, p. 123-151, 2016.
- NETO, João Leite Ferreira. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015.
- PASSOS, Izabel Christina Friche. A Análise Foucaultiana do Discurso e sua utilização em pesquisa etnográfica. **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 35, e35425, p. 01-11, 2019.
- RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória, existência lésbica e outros ensaios**. São Paulo: A Bolha Editora, 2019.

SOUSA, Bertone. Pentecostais, Fundamentalismo e Laicidade no Brasil: uma análise da atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 37, p. 77-95, 2020.

SOUZA, Murilo. Deputados protestam contra uso de símbolos religiosos na parada LGBT. **Agência Câmara de Notícias**, 10 jun. 2015.

VALÉRIO, Mairon. Foucault pensando a religião. **MNEME Revista de Humanidades**, v. 5, n. 10, p. 230-242, 2004.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.